JORNAL DA ASSEMBLEIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA SC. 3 DE MARÇO DE 2011

AL NOTÍCIAS

DEVOLUÇÃO GARANTIDA CORREIOS

Impresso Especial
99145-7/2007-DR/SC
ALESC
CORREIOS

ED.384

DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

CARLOS KILIAN

Trabalhadores lotam galerias do Plenário Osni Régis na sessão do dia 1º

DEPUTADOS APROVAM REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO REGIONAL

Aumento de 7% retroativo a janeiro de 2011 é fruto de acordo entre empresários e trabalhadores

O Plenário deu sinal verde, na sessão ordinária do dia 1º, ao Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 5/2011, que reajusta o salário mínimo regional em 7%, retroativo a janeiro de 2011.

De origem do Executivo, o projeto estabelece quatro níveis salariais para diversas categorias de trabalhadores, com os seguintes valores propostos: R$ 630, R$ 660, R$ 695 e R$ 730.

Aprovado por unanimidade, o projeto deixou satisfeito os sindicalistas que lotaram as galerias do Plenário Osni Régis. O reajuste foi o resultado de um acordo entre representantes dos trabalhadores e empresários.

Na ocasião, muitos deputados aproveitaram seus pronunciamentos para manifestar apoio à matéria, ressaltando importância da sua aprovação para a classe trabalhadora e a influência da iniciativa para o crescimento econômico do Estado.

O líder do governo, deputado Elizeu Mattos (PMDB), destacou a aprovação da matéria antes do Carnaval. "Este foi um projeto construído de comum acordo entre as partes envolvidas e é uma felicidade poder ser seu relator", disse o parlamentar, que relatou a proposta na Comissão de Trabalho e Serviço Público, na qual é o presidente.

Relator do projeto na Comissão de Justiça, deputado Dirceu Dresch (PT) observou que o reajuste aquece e dinamiza a economia do estado. "Este é, sem dúvida, um dos projetos mais importantes para a classe trabalhadora do estado", observou.

PÁGINA 7

ANDRINO É EMPOSSADO

Andrino na vaga de Hinnig

PÁGINA 6

NOVA ESTRUTURA NO EXECUTIVO

FÁBIO QUEIROZ

Secretários Ubiratan e Ceron apresentam projeto aos parlamentares

PÁGINA 6

MULHERES COM MAIOR REPRESENTATIVIDADE

O Dia Internacional da Mulher, comemorado em 8 de março, tem este ano um diferencial: os números mostram que o sexo feminino ampliou, em 2011, sua participação na esfera política.

Com uma bancada de cinco parlamentares, a maior em 177 anos de história, o Parlamento catarinense vai prestar homenagem às mulheres na sessão ordinária do dia 9. Na ocasião, será oficializada a criação da bancada feminina suprapartidária, que atuará em defesa das causas de gênero, como a proteção, o combate à violência e a defesa dos direitos da mulher.

ALBERTO NEVES

Deputadas Ada, Ana Paula, Dirce, Angela e Luciane

PÁGINAS 4 e 5

FIESC E PARLAMENTO SE UNEM EM DEFESA DA DUPLICAÇÃO DA BR-470

PÁGINA 3

REFLETIR PARA ENCORAJAR

Estima-se que a cada quatro minutos uma mulher é agredida no Brasil, seja em seu próprio ambiente familiar ou fora dele. Entende-se por violência qualquer ação ou conduta baseada na discriminação por gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual, psicológico, patrimonial, tanto no âmbito público como no privado. Assim, a agressão apresenta diversas manifestações, sendo a mais comum a violência doméstica.

Em apenas dois meses deste ano foram registrados pelas delegacias, seis homicídios de mulheres no Estado e mais de oito mil boletins de ocorrência. Mas em apenas 1.316 casos foram abertos processos criminais.

O convívio social torna-se um obstáculo para a denúncia e cria bases para a impunidade, pois existe cumplicidade ou indiferença da sociedade com essa forma de violência. A família ainda é considerada um território fora do alcance da lei quando o assunto é violência doméstica.

Neste dia 8 de março convido todas as mulheres a discutir e procurar conhecer os seus direitos, participar dos debates sociais e políticos, são atitudes essenciais para que a mulher seja forte e parte ativa da sociedade.

DEPUTADA ADA FARACO DE LUCA (PMDB)

IMPLANTAÇÃO DA MARIA DA PENHA

Chegamos a 2011 com a triste constatação dos altos índices de violência doméstica e a necessidade de fortalecermos, em nosso estado, a luta para a efetiva implantação da Lei Maria da Penha.

Embora em Santa Catarina a população feminina seja superior numericamente, no que diz respeito às questões de gênero, as instâncias públicas estatais têm voltado as costas. Temos, em todo o estado, 15 Delegacias de Atendimento Especializadas à Mulher, somente três Casas Abrigo e três Centros De Referência Especializados. Santa Catarina foi o último estado da federação a assinar o Pacto de Enfrentamento à Violência conta a Mulher, proposto pela Secretaria Especial das Mulheres.

Portanto, faz-se necessário que, mais uma vez neste 8 de março, as mulheres tenham que ir às ruas e fazer com que os poderes instituídos não permaneçam silenciosos e inoperantes em relação às questões que dizem respeito às mulheres. Temos que exigir que o Governo do Estado implante Políticas Pública para as mulheres e faça com que a Lei Maria da Penha seja realmente um efetivo instrumento para as mulheres viverem sem violência.

DEPUTADA ANA PAULA LIMA (PT)

O DESPERTAR DAS ANITAS

Para nós, mulheres, há que se comemorar o que está por vir: o despertar das Anitas. Falo de Anita Garibaldi, mulher que, a despeito de sua condição ou da época em que viveu, ousou querer um destino diferente do que lhe fora imposto. Anita não desejou apenas para si o sonho de liberdade pelo qual lutou e viveu.

Estamos em 2011 e ainda muito longe de sermos respeitadas e tratadas como deveríamos. Enquanto as mulheres continuarem recebendo salário menor que o dos homens no desempenho de igual tarefa – lembremos de Anita. Enquanto não tivermos o direito de ir e vir, sem sermos cobradas ou tolhidas por aqueles que usam e abusam do poder e da força – lembremos de Anita.

Anita está dentro de nós e grita por espaço. Lutemos por um mundo onde as mulheres caminhem com autonomia, coragem, amor e liberdade. Vamos permitir o despertar das Anitas que habitam em cada mulher – esperando o momento de acordar. Então teremos vários dias e não será apenas no 8 de março este despertar. Pode ser na próxima semana ou amanhã. Pode ser agora: bem-vinda, Anita!

DEPUTADA ANGELA ALBINO (PCdoB)

AS MULHERES CATARINENSES

É com muita satisfação que nos reportamos às Mulheres Catarinenses para comemorarmos mais um Dia Internacional da Mulher, dia 8 de março. Esta data é de extrema importância, pois é fruto de uma longa evolução histórica da humanidade, e, hoje, devemos celebrar as várias conquistas femininas, sobretudo, os direitos e as garantias fundamentais de igualdade das mulheres.

A exemplo da Mulher Catarinense, nos empenhamos de coração e alma para vencer o cansaço, agradar a todos e ensinar a viver em harmonia. Vencemos barreiras e abrimos portas, conquistamos espaços por onde passamos com dedicação e muito saber, e, sobretudo, para com a necessária sabedoria viver.

Nos bons e maus momentos, deixamos sempre transparecer o suave sorriso que anima, reconforta e realiza milagres. Somos aquela que espalha otimismo nos lares, e com maestria a cada ano conquistamos novos espaços na idade contemporânea. É por essas e outras, que a nossa imagem sempre será eterna.

Parabéns Mulheres Catarinense pelo nosso dia!

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT (PMDB)

UMA DATA PARA REFLETIR

O Dia Internacional da Mulher, 8 de março, representa um marco histórico e de lutas no universo feminino. A data simboliza a luta de mulheres que tiveram a coragem de trasnformar a realidade em que viviam. Essa coragem faz parte da natureza feminina, que enfrenta batalhas permanentes para conquistar seus direitos e o respeito perante a sociedade. Esta data, em especial, tem o desafio de pensar melhores condições de vida para o cotidiano da vida das mulheres de nosso País. Portanto, não é um dia comemorativo, mas sim de reflexão.

Nós mulheres já conquistamos muitos direitos, mas ainda temos que lutar por uma sociedade humanitária, igualitária e mais justa, e para isso acontecer precisamos garantir mais espaços nas decisões políticas. Milhões de mulheres são vítimas de violência, não têm acesso ao estudo e à profissionalização e precisam de amparo e apoio para resgatar sua autoestima e tornar-se capaz de trilhar um caminho mais feliz e digno. Por isso, a nossa bandeira será no sentido de concretizar políticas públicas que garantem a dignidade da mulher, com foco especial as Catarinenses.

DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI (PT)

Mesa

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Presidente: Gelson Merisio (DEM)
1º Vice-Presidente: Moacir Sopelsa (PMDB)
2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)
1º Secretário: Jailson Lima (PT)
2º Secretário: Reno Caramori (PP)
3º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)
4ª Secretária: Ana Paula Lima (PT)

Assembleia na internet: http://www.alesc.sc.gov.br
Tiragem: 8 mil exemplares
Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social

JORNAL DA ASSEMBLEIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AL NOTÍCIAS

Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira
Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira
Edição: Cleia Maria Braganholo e Sandra Annuseck
Diagramação e Artes: Lucas Gabriel Diniz, Tiago Fontão Alexandre (estagiário) e Victor Carvalho Barbato (estagiário)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES
Fone: (48) 3221-2750 - Fax: (48) 3223-7021
imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas
Reportagens: Alexandre José Back, Lisandrea Costa, Rossana Espezin e Tatiani Magalhães
Fotografia: Aionara Preis Gabriel (estagiária), Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Fábio Queiroz, Janine Souza Costa (estagiária), Jéssica Lucchi (estagiária), Jonas Lemos Campos, Miriam Zomer e Solon Soares
Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jussie Sedrez Chaves, Louisi Muller de Jesus (estagiária) e Patrícia Schneider de Amorim
Clipagem: Janine Souza Costa (estagiária), Lucas Gabriel Diniz, Moacir Cardoso e Victor Carvalho Barbato (estagiário)
Expedição: Celso João da Rocha e Simone M. Alves

FOTOS FÁBIO QUEIROZ

Deputados são recebidos pelo presidente da Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina, Alcantaro Corrêa, para tratar da obra, que é tema de Fórum Parlamentar na Assembleia Legislativa

PARLAMENTARES E FIESC ENGAJADOS PELA BR-470

Federação das Indústrias de Santa Catarina e deputados unificam movimento para duplicar rodovia

Presidente Gelson Merisio parabeniza iniciativa da entidade

ROSSANA ESPEZIN

A Fiesc (Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina), em Florianópolis, recebeu dia 24 parlamentares convidados a integrar ação conjunta para antecipar a duplicação da BR 470. O presidente da entidade, Alcantaro Corrêa, afirmou a importância da participação do Legislativo: "O trabalho que temos pela frente não é da Fiesc, mas de todos nós. Os parlamentares serão protagonistas, pois teremos que envolver toda a sociedade. E nosso partido precisa ser Santa Catarina", disse.

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio (DEM), parabenizou a iniciativa da Fiesc e confirmou o compromisso do Parlamento com a causa. "O Legislativo é parceiro da entidade para que se resolva o grande gargalo que traz prejuízos materiais e humanos".

Durante o encontro, o engenheiro Ricardo Saporiti, consultor da Fiesc, apresentou um diagnóstico realista sobre as expectativas de prazo para a duplicação da rodovia, que liga o interior ao litoral, e mostrou alternativas para tornar o processo mais ágil. Uma delas é a licitação imediata das obras no trecho entre Blumenau e Indaial, aproveitando um projeto de duplicação datado de 2003, já disponível, e que precisa apenas de pequenas adequações.

Presidente da Fiesc, Alcantaro Corrêa

Coordenador do Fórum Parlamentar pela Duplicação da BR- 470, o deputado Jean Kuhlmann (DEM) mostrou-se entusiasmado com o reforço do setor empresarial para uma luta que vem travando desde seu primeiro mandato, iniciado em 2007. "Estamos em sintonia: empresários, Parlamento e sociedade. Desta vez essa obra tão esperada para o Vale do Itajaí sai do papel", comemorou Kuhlmann.

Já o deputado Ismael Silva (DEM) quer o cumprimento de um compromisso da presidenta do país, Dilma Roussef, de colocar as máquinas em funcionamento no segundo semestre de 2011. "Caso isso não aconteça, o governo precisa tomar uma atitude radical", opinou. O tucano Marcos Vieira não tem dúvidas de que a integração entre empresa e Prlamento já é vitoriosa. "A presença de tantos deputados estaduais e do presidente do Parlamento já é garantia de que a iniciativa será um sucesso", previu.

DEPUTADOS ELOGIAM INICIATIVA DA ENTIDADE

Dias antess de assumir a Secretaria de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis, o deputado Renato Hinnig (PMDB) prestigiou a iniciativa e elogou os estudos da Fiesc "de forma responsável" para elucidar a questão das rodovias para a sociedade catarinense.

"É preciso enaltecer a iniciativa da Fiesc. Este convite foi fundamental para o sucesso desse projeto", avaliou o deputado Sílvio Dreveck (PP). "A relação com a sociedade organizada dá subsídios para os parlamentares e a Fiesc é de grande importância, pois congrega os mais significativos representantes da nossa indústria", analisou o deputado Jorge Teixeira (DEM). José Milton Schaeffer (PP) classificou os projetos de duplicação de rodovias como prioritários. "Com a voz da classe política somada à voz da classe empresarial conquistaremos essa melhoria na infraestrutura", concluiu. Presentes também os deputados federais Esperidião Amin (PP), Odacir Zonta (PP), Paulo Bornhausen (DEM), Jorginho Mello (PSDB) e Luci Choinacki (PT).

PARLAMENTO CATARINENSE REFORÇA A PARTICIPAÇÃO FEMININA

Deputadas Ada Faraco de Luca, Ana Paula Lima, Angela Albino, Dirce Heiderscheidt e Luciane Carminatti garantem maior representatividade de mulheres em 177 anos

FÁBIO QUEIROZ

Na 17ª legislatura, deputadas Dirce Heiderscheidt, Luciane Carminatti, Ana Paula, Angela Albino e Ada (no detalhe ao lado) integram a bancada feminina suprapartidária

ROSSANA ESPEZIN

Neste 8 de março, Dia Internacional da Mulher, os números mostram que o sexo feminino ampliou sua participação na esfera política. Pela primeira vez, uma mulher foi alçada ao comando da Nação, a petista Dilma Rousseff (PT) eleita em 2010. A Assembleia Legislativa de Santa Catarina, por sua vez, alcançou a sua maior representatividade feminina em 177 anos de existência. Até então, o maior número de deputadas no Legislativo catarinense tinha chegado a quatro.

Atualmente, a bancada de saias ocupa cinco das 40 cadeiras do Parlamento com as deputadas Ada Faraco de Luca (PMDB), Ana Paula Lima (PT), Angela Albino (PCdoB), Dirce Haeiderscheidt (PMDB) e Luciane Carminatti (PT).

A advogada Ada de Luca traz a política no sangue. O avô Addo Caldas Faraco foi prefeito de Criciúma três vezes. Inspirada no exemplo familiar, aos 12 anos Ada já estava envolvida no grêmio estudantil. O pai, Addo Vânio Faraco, foi vereador, deputado estadual, secretário do Trabalho no Governo Celso Ramos, até ser cassado e preso pela ditadura. Ao visitá-lo na prisão, a deputada conheceu outro preso político, Walmor De Luca, que se tornaria seu marido.

Já casada, participou das campanhas do esposo e quando ele foi eleito deputado federal, Ada foi militar em Brasília: "como o MDB, mais tarde PMDB, sempre foi um partido democrático e sem fronteiras, fui muito bem acolhida em Brasília, para onde transferi minha luta política. No início dos anos 80 fui uma das fundadoras do PMDB Mulher". Na capital federal participou de importantes movimentos: a luta pela anistia, a campanha "Brasília quer Votar" e as "Diretas Já", ao lado de grandes nomes como Ulysses Guimarães.

Ada chegou a ser candidata a vice-governadora em Brasília, mas revela que só aceitou o desafio de disputar uma cadeira no Legislativo catarinense quando estava realmente preparada: "Não aceitei apenas cumprir cota, participei para valer e não aconselho as mulheres a se candidatar sem preparação e apoio para competir ".

Ada deverá licenciar-se do Legislativo em breve para assumir a Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, onde também vai fazer história. Será a primeira titular da nova pasta e também a única mulher a compor o primeiro escalão do Executivo catarinense.

Ada: futura Secretária de Estado

ANA PAULA FOI PRIMEIRA A PRESIDIR A ASSEMBLEIA

Representante do Partido dos Trabalhadores pela terceira vez consecutiva, Ana Paula Lima é a parlamentar com maior número de mandatos em atuação hoje no Legislativo estadual. Também foi a primeira mulher a presidir, mesmo que interinamente, a Assembleia catarinense. Atual 4ª secretária da Mesa, ela é companheira de partido da professora Luciane Carminatti, que estreia no Parlamento, mas já acumula boa experiência na vida política.

Antes de chegar a Assembleia, Luciane Carminatti disputou três eleições, duas vitoriosas para o Legislativo de Chapecó e uma para vice-prefeita, em 2004. "Minha carreira é resultado do meu trabalho na Educação, no Legislativo e no Executivo chapecoense, como secretária da Educação, e também da grande luta pela implantação da Universidade Federal da Fronteira Sul", avalia. Orgulhosa de sua sigla, Luciane lembra que "de forma geral, o PT tem uma trajetória um pouco diferenciada em relação à valorização da mulher na política. Foi o partido que propôs a cota e elegeu a primeira presidenta, Dilma Rousseff". Mas salientou que é difícil encontrar uma mulher na presidência de um partido.

Funcionária de carreira da Justiça do Trabalho, Angela Albino, ex-vereadora (2205-2008), tem em seu currículo uma expressiva campanha para a prefeitura de Florianópolis, em 2008, quando conquistou 29,5 mil votos. Em 2009, passou pela Assembleia, duas vezes, na condição de suplente da 16ª Legislatura. Na eleição de 2010 foi vitoriosa e tornou-se a primeira representante do PCdoB no time titular do Legislativo. Seu espírito combativo e transformador, contudo, se revelou muito mais cedo. Angela fundou o grêmio em sua escola, participou do movimento de jovens e fez parte do centro acadêmico na faculdade. Integrou a União Brasileira de Mulheres e, em 2002, filiou-se ao PCdoB. Hoje, é uma das poucas mulheres a presidir partido político no país.

Já Dirce Heiderscheidt chegou ao Parlamento "através da vontade política do esposo", como relata. Sempre atuou na política ao lado do marido, onde descobriu a convivência partidária. Ela confessa que estava acostumada a fazer política nos bastidores e que "nunca se viu como titular", porém quando o desafio foi lançado, não recuou e conquistou a segunda suplência da sua coligação, e hoje ocupa a vaga aberta por Serafim Venzon, secretário de estado. Dirce reforça o coro das demais deputadas para reivindicar mais incentivo das siglas para as candidatas femininas.

BRASIL INGRESSA NA LISTA DE PAÍSES GOVERNADOS POR MULHERES

Em janeiro deste ano, o Brasil entrou para a curta lista dos países governados por mulheres. Um privilégio, segundo estudos da ONU que mapearam, em 2009, apenas 14 chefes de Estado ou de governo do sexo feminino. O crescimento da participação feminina também se repete nos estados e municípios brasileiros.

Para minimizar essa discrepância foi instituída a cota para mulheres prevista na Lei 12.034/09, chamada minirreforma eleitoral. O texto prevê que cada partido ou coligação deverá preencher o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo. Um endurecimento da legislação anterior que apenas reservava vagas, em geral não preenchidas. Mas, mesmo diante da exigência legal, esses números não se confirmaram em nenhum estado brasileiro.

A professora Raquel Filau Guisoni, membro da União Brasileira de Mulheres e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, participou da comissão tripartite que se reuniu em Brasília para debater e elaborar a lei da cota feminina colocada em prática nas eleições de 2010. Ela acredita que a medida deve repetir no Brasil o mesmo êxito dos 12 países da América Latina que a adotaram. Raquel cita os exemplos da Argentina e do Chile que conquistaram vitórias a partir das cotas. "As dificuldades para tornar a legislação mais severa começam na própria Câmara dos Deputados onde também se encontra resistência à ocupação feminina. Para as mulheres entrarem, alguém precisa sair, e isso não é tolerado ainda", resume.

Raquel lembra também da responsabilidade das agremiações partidárias. "Se os partidos tivessem consciência da importância da mulher na linha de frente, não precisaríamos de cota. Basta olhar os quadros diretivos para vermos como é difícil encontrar uma mulher à frente de uma sigla. Por fim, os próprios companheiros se ressentem da entrega da esposa ou namorada para a política porque eles temem que a atividade possa distanciá-las dos afazeres domésticos", define.

O mesmo tema é traduzido pela escrivã de polícia, assessora de imprensa e presidenta da Associação Mulheres na Comunicação, Geralda da Cunha Teixeira Ferraz, no artigo ***A participação das mulheres na política.*** "Mulheres militantes de partidos políticos dão conta que o relacionamento interno seja em partido de esquerda, centro ou de direita é extremamente difícil. As mulheres continuam sendo vistas como apêndices e invisibilizadas. Muitas, inclusive, desistem, não suportam a pressão psicológica, o sentimento de culpa, já que, para exercer o direito de participar da vida política, têm de abrir mão da vida pessoal, e do que na sociedade patriarcal instituiu-se como tarefa da mulher, o cuidado com a família".

Em relação à representação feminina no Parlamento o quadro se repete: 23 países possuíam em 2009 mais de 30% das cadeiras ocupadas por mulheres. Mesmo tão baixos esses números significam um avanço se comparados aos dados registrados pela ONU há pouco mais de uma década. No Brasil, as expectativas são as melhores possíveis se encaramos a disposição da atual líder do país a colaborar com a causa feminina. Como disse Dilma Rousseff em seu discurso de posse, em primeiro de janeiro deste ano, "... para além da minha pessoa, a valorização da mulher melhora nossa sociedade e valoriza a nossa democracia".

Dilma Rousseff, valorização

NO COMANDO DE PAÍSES

Dilma Rousseff - primeira presidenta do Brasil
Laura Chinchilla - primeira presidenta da Costa Rica
Ellen Johnson Sirleaf - presidente da Libéria
Jadranka Kosor - primeira-ministra da Croácia
Michäelle Jean - governadora geral do Canadá
Mary Patrícia MacAleese - presidenta da Irlanda
Pratibha Devinsigh Patil - primeira presidenta da Índia
Hasina Wazed - primeira-ministra de Bangladesh
Johana Sigurdardóttir - primeira-ministra da Islândia
Gloria Arroyo – presidenta das Fillipinas
Angela Merkel – primeira-ministra da Alemanha
Cristina Kirchner - presidenta da Argentina

SC SE APROXIMA DA COTA DE 30% DE CANDIDATAS NAS ÚLTIMAS ELEIÇÕES E SÓ PERDE PARA RIO DE JANEIRO

A Lei nº 12.034, chamada "lei das cotas" não foi cumprida integralmente em nenhum estado do país. Santa Catarina, com 2 milhões 315 mil eleitoras contra 2 milhões 219 mil eleitores, esteve bem perto de completar os 30% de candidatas, alcançado o segundo melhor desempenho, perdendo apenas para o Rio de Janeiro.

Entre os 564 registros de candidatura apresentados ao TER/SC - Tribunal Regional Eleitoral, 27,8% tiveram mulheres como titulares. Em contrapartida, o vizinho Paraná registrou o percentual mais baixo da Nação: somente 11,1% dos 922 políticos que pediram registro de candidatura eram do sexo feminino.

A nova lei modificou o § 3º do artigo 10 da Lei nº 9.504/1997 que passou a vigorar com a seguinte redação: "Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta) e o máximo de 70% (setenta) para candidaturas de cada sexo".

Na redação anterior, a palavra utilizada era "reservará". Com a mudança, os partidos têm de, necessariamente, manter a proporcionalidade de um mínimo de 30% e um máximo de 70% por sexo na sua lista de candidatos.

São acrescidos o inciso V e o § 5º ao artigo 44 da Lei nº 9.096/1995, que regula a aplicação de recursos do Fundo Partidário:

"V – Na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres conforme percentual que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 5% (cinco por cento) do total".

"§ 5º O partido que não cumprir o disposto no inciso V do caput deste artigo deverá, no ano subseqüente, acrescer o percentual de 2,5% do Fundo Partidário para desta destinação, ficando impedido de utilizá-lo para atividade diversa".

O artigo 45 da Lei nº 9.096/1995, que trata da propaganda partidária gratuita fica acrescido do inciso IV: promover e difundir a participação política feminina, dedicando às mulheres o tempo que será fixado pelo órgão nacional de direção partidária, observado o mínimo de 10% (dez por cento)".

ANTONIETA DE BARROS QUEBRA PARADIGMAS

A primeira deputada a pisar o Parlamento catarinense, eleita em 1934 pelo Partido Liberal, quebrou dois paradigmas de uma só vez: era mulher e negra.

A professora Antonieta de Barros conquistou 35.484 votos, mas teve sua carreira interrompida com a instituição do Estado Novo. Voltou na Legislatura de 1947 a 1951 pelo PSD e morreu em 1953. A próxima deputada foi a joinvilense Ingeborg Colin Barbosa Lima (PTB), que cumpriu mandato de 1959 a 1963.

A partir daí, estabeleceu-se um hiato de 25 anos sem eleição de deputadas até a camponesa Luci Choinaki (PT), a ser eleita para a 11ª Legislatura, de 1987 a 1991. A 12ª Legislatura (1991-1995) só teve participação masculina.

A professora Ideli Salvati (PT) foi a única mulher eleita para a 13ª Legislatura (1995-1999) e marcou um novo ciclo. Desde então a participação feminina tem sido ininterrupta no quadro parlamentar barriga-verde.

Ideli Salvati foi reeleita na 14ª Legislatura, de 1999 a 2003, dessa vez acompanhada de Odete do Nascimento (PPB), que adotaria o nome político de Professora Odete de Jesus, com o qual iria ser reeleita para a 15ª e 16ª Legislaturas, agora pela legenda do Partido Liberal (PL), do qual assumiu a presidência.

Na 15ª Legislatura, além de Odete de Jesus se fizeram presentes Ana Paula Lima (PT) e as suplentes convocadas Alba Terezinha Schlichting (DEM) e Simone Schramm (PMDB).

Na 16ª Legislatura (2007 a 2011) estiveram presentes a advogada Ada de Luca (PMDB), Ana Paula Lima (PT) e a Professora Odete de Jesus (PRB). Como suplente, participou a deputada Angela Albino (PCdoB).

A deputada Ana Paula Lima foi a 2ª vice-presidenta da Mesa, entrando para a história como a primeira mulher a presidir interinamente o Parlamento catarinense. Odete de Jesus é a detentora do maior número de mandatos completos, três.

Antonieta de Barros

Ingeborg Colin Barbosa Lima

Luci Choinacki

ESTATÍSTICAS DAS ELEIÇÕES DE 2010

As **mulheres** representem **51,8%** do eleitorado

Dos **244 candidatos aptos** ao posto de senador, em 2010, **32** eram mulheres **(13,11%)**;

Dos **5.220 candidatos aptos** a deputado federal, **1.014** eram mulheres **(19,42%)**;

Dos **12.607 candidatos aptos** ao cargo de deputado estadual, **2.616 (20,75%)** eram mulheres.

* FONTE: Tribunal Superior Eleitoral

PROJETO AJUSTA ESTRUTURA DO EXECUTIVO

PLC entregue no Legislativo prevê novas secretarias e extinção de 330 cargos, economizando até R$ 18 milhões/ano

FÁBIO QUEIROZ

Secretários Ubiratan Rezende e Antônio Ceron expõem projeto de lei complementar para análise dos deputados

O secretário de Estado da Fazenda, Ubiratan Rezende, apresentou dia 1º ao presidente da Assembleia Legislativa, deputado Gelson Merisio (DEM), projeto de lei complementar para promover ajustes e revisões na gestão e na estrutura pública estadual. Elaborado pelo grupo gestor do Executivo, o PLC altera a Lei Complementar nº 381/2007, e entre outras mudanças,cria secretarias, extingue 330 cargos, entre efetivos e comissionados, e institui outros 125.

O resultado é uma economia que pode chegar a R$ 18 milhões anuais para os cofres públicos. O deputado Elizeu Mattos (PMDB), líder do governo, providenciou a distribuição do texto para apreciação dos deputados imediatamente após a explanação e planeja organizar uma reunião de líderes para analisar as mudanças logo depois do feriado de Carnaval.

São 79 artigos para otimizar a capacidade estatal de atuação. Sob regime de urgência, o projeto tem prazo de 45 dias para tramitar pelas Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação, e Trabalho e Serviço Público, antes de ser votado em Plenário. Segundo o deputado Merisio, a análise será feita com muita prudência e a oposição terá tempo de debater o seu conteúdo. "Mesmo porque não são alterações de grande impacto e a sua aprovação deverá ser rápida", analisou. O deputado Joares Ponticelli (PP) assistiu à apresentação de Rezende e elogiou as medidas tomadas pelo Executivo. "Achamos benéfico que sejam abolidos os excessos na estrutura e o Estado seja desonerado em R$ 18 milhões", avaliou.

ANDRINO SUBSTITUI HINNIG

O deputado Edison Andrino (PMDB) tomou posse na sessão ordinária do dia 1º, ocupando a vaga de Renato Hinnig (PMDB), que se licenciou da Assembleia Legislativa para assumir a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis. Ex-prefeito da Capital, Andrino já exerceu dois mandatos na Casa Legislativa e anunciou que continuará alinhado com temas de relevância para a Grande Florianópolis.

"Vou procurar representar bem a minha região e trabalhar com questões pontuais, como mobilidade urbana, geração de emprego, desenvolvimento do turismo e preservação da cidade de Florianópolis. Também pretendo manter ações junto ao Mercosul", destacou. No ano passado, Andrino esteve à frente do bloco brasileiro da UPM – União Parlamentar do Mercosul e também presidiu a Frente Parlamentar de Apoio ao Comércio Varejista, instalada em 09 de março de 2010 pela Assembleia.

Andrino: Grande Florianópolis

COMISSÕES PROGRAMAM AUDIÊNCIA PÚBLICAS

As comissões técnicas da Casa começam a definir calendário de audiências públicas, que promovem o debate de temas relevantes com a população, aprimorando e criando propostas legislativas sintonizadas com os anseios das comunidades.

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou dia 1º , por unanimidade, a realização de até seis audiências, ainda sem data definida, para discutir a implantação da Defensoria Pública Estadual. A reunião foi presidida interinamente pelo deputado Dado Cherem (PSDB).

Autor da proposta, o deputado Dirceu Dresch (PT) afirmou que a implantação da defensoria é uma luta de vários anos e que a sua importância social justifica a retomada dos debates. "A Defensoria Pública é um importante instrumento para ajudar quem precisa e Santa Catarina é o único estado a não possuir esse órgão de política pública determinado constitucionalmente. Queremos trazer a sociedade para esse debate".

No dia 2, foi a vez da Comissão de Saúde, presidida pelo deputado Volnei Morastoni (PT), definir o calendário das audiências que devem percorrer o estado para discutir atendimento da saúde e a situação dos hospitais, como o Regional de São José. A primeira delas está programada para o dia 30 de março, em Criciúma, e tem como tema a Descentralização em alta complexidade em Pediatria.

Também no dia 2, a Comissão de Pesca e Aquicultura definiu a realização de um seminário para discutir a pesca e de uma audiência pública em Cerro Negro para tratar da situação dos atingidos por barragens. A comissão, presidida pelo Padre Pedro Baldissera (PT), também acertou convite para que o superintendente federal de Pesca e Aquicultura para Santa Catarina, Horst Doering, faça um levantamento do setor no estado.

Autor da proposta do seminário Pensepesca, Baldissera afirmou que o objetivo é aprofundar a reflexão sobre as questões referentes a pescado, alimentação e meio ambiente. Serão convidadas autoridades estaduais e federais, como a ministra da Pesca, Ideli Salvatti (PT). "Queremos envolver autoridades e especialistas na área como forma de definir os rumos a serem dados para o setor", explicou.

A proposta recebeu amplo apoio dos membros da comissão. "Nosso estado já está com a agricultura saturada e precisa investir na pesca, que é nossa vocação. Essa iniciativa pode nos trazer grandes resultados", disse o deputado José Milton Scheffer (PP).

"O tema é muito atual e pertinente, de grande importância para Santa Catarina. A Casa precisa fazer esse debate para indicar os rumos a serem tomados", acrescentou José Nei Ascari (DEM).

COMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIVIL É INSTALADA

A Comissão Permanente de Defesa Civil, criada pelo Projeto de Resolução 01/2011, de autoria do deputado Kennedy Nunes (PP), foi instituída dia 2 na Sala de Imprensa do Palácio Barriga Verde. Ela vai atuar na fiscalização das ações dos órgãos estaduais de defesa civil e no debate e aprimoramento de programas de prevenção de calamidades públicas.

Presidida por Kennedy, a comissão tem como integrantes a deputada Angela Albino (PCdoB), Manoel Mota (PMDB), Dado Cherem (PSDB), Dirceu Dresch (PT), José Nei Ascari (DEM) e Aldo Schneider (PMDB). Na próxima reunião, marcada para o dia 22, será escolhido o vice-presidente.

Segundo Kennedy, a nova comissão é uma resposta às frequentes tragédias climáticas que estão atingindo o Estado. "Víamos muitas ações isoladas de parlamentares. A comissão é uma iniciativa do Legislativo, tem caráter permanente e pode ajudar a preparar o Estado para reagir melhor diante das calamidades, priorizando o apoio de voluntários e das igrejas", explicou.

COMBATE ÀS DROGAS

Foi instalado, no dia 2, o Fórum Permanente de Prevenção e Combate às Drogas, que será coordenado pelo deputado Ismael dos Santos (DEM). O fórum terá a missão de avaliar as políticas públicas e deverá fiscalizar as ações dos governos com o objetivo de apresentar um diagnóstico do problema.. Integram o grupo de trabalho, além de Ismael, os deputados Kennedy Nunes (PP), Manoel Mota (PMDB), Maurício Eskudlark (PSDB), Luciane Carminatti (PT), Sargento Soares (PDT) e Darci de Matos (DEM).

APROVADO O REAJUSTE DO SALÁRIO MÍNIMO

Projeto define faixas de R$ 630, R$ 660, R$ 695 e R$ 730

O Projeto de Lei Complementar (PLC) nº 5/2011, que reajusta o salário mínimo regional, foi aprovado na sessão ordinária do dia 1º. Originado do Executivo, a proposta altera o artigo 1º da Lei Complementar nº 459, de 2009, que institui em Santa Catarina pisos salariais para os trabalhadores.

A medida, que define quatro níveis salariais para diversas categorias de trabalhadores, com os seguintes valores propostos: R$ 630, R$ 660, R$ 695 e R$ 730, é resultado de acordos entre sindicatos, empresários e o governo, e será retroativo a janeiro de 2011.

Aprovado por unanimidade, a iniciativa deixou satisfeitos os sindicalistas que lotaram as galerias do Plenário Osni Régis. Muitos deputados aproveitaram seus pronunciamentos para manifestar apoio à matéria, e ressaltar a importância da sua aprovação para a classe trabalhadora e a influência desta iniciativa para o crescimento econômico do Estado.

CARLOS KILIAN

Trabalhadores lotam galerias do Plenário Osni Régis para acompanhar sessão

Representando a bancada dos democratas, o deputado Darci de Matos considerou o momento histórico. "Registro esse momento com muita satisfação. Temos aqui o resultado de um debate amplo e claro que gerou o entendimento pleno entre o governo do Estado e a classe trabalhadora."

Em nome da bancada do Partido dos Trabalhadores, alguns parlamentares saudaram os visitantes. "Esse é o reconhecimento de uma luta organizada e merecida", frisou a deputada Ana Paula Lima. Com o mesmo pensamento, Volnei Morastoni acrescentou que a aprovação da matéria trará benefícios para a classe e para Santa Catarina.

Já a deputada Luciane Carminatti disse que a conquista de um piso salarial decente visa proporcionar às famílias uma vida com qualidade. De acordo com Padre Pedro Baldissera, a aprovação só foi possível diante da mobilização e determinação dos sindicatos.

CONFIRA

Faixa 1
Valor atual de R$ 587 passará para R$ 630. Inclui trabalhadores:

a) da agricultura e da pecuária;
b) das indústrias extrativas e de beneficiamento;
c) de empresas de pesca e aquicultura;
d) empregados domésticos;
e) de turismo e hospitalidade;
f) das indústrias da construção civil;
g) das indústrias de instrumentos musicais e brinquedos;
h) de estabelecimentos hípicos;
i) empregados motociclistas, motoboys e do transporte em geral, excetuando-se os motoristas.

Faixa 2
Valor atual de R$ 616 passará para R$ 660. Inclui trabalhadores:

a) das indústrias do vestuário e calçado;
b) das indústrias de fiação e tecelagem;
c) das indústrias de artefatos de couro;
d) das indústrias do papel, papelão e cortiça;
e) de empresas distribuidoras e vendedoras de jornais e revistas e empregados em bancas, vendedores ambulantes de jornais e revistas;
f) empregados da administração das empresas proprietárias de jornais e revistas;
g) empregados em estabelecimentos de serviços de saúde;
h) empregados em empresas de comunicações e telemarketing;
i) das indústrias do mobiliário.

Faixa 3
Valor atual de R$ 647 passará para R$ 695. Inclui trabalhadores:

a) das indústrias químicas e farmacêuticas;
b) das indústrias cinematográficas;
c) das indústrias da alimentação;
d) empregados no comércio em geral;
e) empregados de agentes autônomos do comércio.

Faixa 4
Valor 730. Inclui trabalhadores:

a) das indústrias metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico;
b) das indústrias gráficas;
c) das indústrias de vidros, cristais, espelhos, cerâmica de louça e porcelana;
d) das indústrias de artefatos de borracha;
e) de empresas de seguros privados e capitalização e de agentes autônomos de seguros privados e de crédito;
f) de edifícios e condomínios residenciais, comerciais e similares;
g) das indústrias de joalheria e lapidação de pedras preciosas;
h) auxiliares em administração escolar (empregados de estabelecimentos de ensino);
i) empregados em estabelecimento de cultura;
j) empregados em processamento de dados;
k) empregados motoristas do transporte em geral

NA TRIBUNA

REPERCUSSÃO

Após a aprovação do reajuste do salário mínimo regional, o deputado Sargento Amauri Soares (PDT) parabenizou os sindicalistas e ressaltou que a vitória é válida, porém o índice de 7% é pouco. "O piso deve assegurar aos trabalhadores o direito de saúde, educação e moradia, ou seja, as condições mínimas que o ser humano precisa para viver".

O deputado Gilmar Knaesel (PSDB) cumprimentou a todos lembrando que a participação dos partidos, o respaldo do Poder Executivo e a participação efetiva dos trabalhadores proporcionou o resultado positivo.

Os deputados Dirceu Dresch e Neodi Sareta, por sua vez, reconheceram que a organização e o empenho dos trabalhadores proporcionaram a aprovação do piso. "O piso não favorece apenas o trabalhador, mas a sociedade. Pois o dinheiro gira e a economia cresce", disse Dirceu.

Segundo o deputado Joares Ponticelli (PP), o momento é de comemoração, uma vez que o debate sobre o piso salarial regional teve muitos avanços desde sua criação em 2009 até a conquista atual.

Para o deputado Reno Caramori (PP), este acontecimento só foi possível porque ocorreu um entendimento pleno entre empregador e empregado. "A união dessas duas forças vai gerar o desenvolvimento e o crescimento de diversos setores no estado. Esta luta honra os catarinenses", revelou.

Sargento Soares: direitos

SEGURANÇA PÚBLICA

O deputado Volnei Morastoni (PT) destacou na tribuna, no dia 1º, a situação lamentável da segurança pública em Itajaí. Na ocasião, destacou as reivindicações apresentadas durante uma reunião com o secretário da Segurança Pública, César Augusto Grubba, recentemente, entre elas a urgência de ações práticas para acabar com a marginalidade, principalmente o tráfico de drogas. O parlamentar ressaltou que Itajaí é uma cidade turística, a segunda na economia do estado, e possui o porto mercante e o maior porto pesqueiro do Brasil, além de atrair diversos turistas e transatlânticos. "Precisamos de mais efetivos nas polícias Militar e Civil. Não se faz segurança apenas com armamento, viaturas ou câmeras de vigilância, mas com políticas públicas", lembrou.

Morastoni: caos em Itajaí

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

O deputado Darci de Matos (DEM) exaltou o governador Raimundo Colombo pela sua sensibilidade em prever no texto da minirreforma do governo, um setor direcionado a assuntos das micro e pequenas empresas. Ele participou dia 22, ao lado dos deputados Kennedy Nunes e Nilson Gonçalves (PSDB), da sessão solene realizada na sede da ACIJ – Associação Empresarial de Joinville em comemoração aos 100 anos da maior entidade empresarial de Santa Catarina.

Darci: sensibilidade

FOTOS EDUARDO GUEDES DE OLIVEIRA

Escola de Educação Básica José Marcolino Eckert, em Pinhalzinho, no Oeste catarinense, participa das palestras proferidas pela pesquisadora e educadora Cléo Fante

BULLYING ESCOLAR É DEBATIDO EM PINHALZINHO

Professores e alunos recebem última etapa de sensibilização do programa promovido pela Escola do Legislativo

Lisandrea Costa

A Escola do Legislativo Deputado Lício Mauro da Silveira realizou dia 28, em Pinhalzinho, na região Oeste, as duas últimas palestras da etapa de sensibilização do Programa de Enfrentamento ao Bullying Escolar e Educação para a Cultura da Paz. A Escola de Educação Básica José Marcolino Eckert sediou o programa, que tem foco na prevenção de comportamentos agressivos entre estudantes.

As palestras foram proferidas pela pesquisadora e educadora Cléo Fante, vice-presidente do Centro Multidisciplinar de Estudos e Orientação sobre Bullying Escolar e autora de dois livros sobre o assunto. No período da tarde, o evento atingiu alunos e professores do ensino fundamental. À noite, o público foi formado por estudantes e professores do ensino médio, além de pais e representantes da sociedade civil organizada, tais como conselho tutelar e outras entidades de Pinhalzinho, Nova Erechim, Saudades e Modelo.

Cléo Fante explicou que o bullying muitas vezes é confundido com brincadeiras no ambiente escolar. "O bullying é caracterizado por ações agressivas, repetitivas e cruéis, sem motivo evidente", esclareceu. Essa violência gratuita disfarçada de brincadeira pode resultar em agressões físicas, frustração, doenças e problemas psicológicos como depressão, prejudicando o rendimento escolar das vítimas. O bullying pode ser verbal, físico, moral, psicológico, social, material, sexual ou virtual.

A iniciativa de levar o Programa de Enfrentamento ao Bullying Escolar a Pinhalzinho foi da vereadora Silvana Battisti Bugnotto (PP). Ela protocoou recentemente um projeto de lei municipal sobre o tema e tomou como base a lei estadual e outras iniciativas de câmaras de vereadores. "É um tema importante que precisamos debater. Enquanto educadores, precisamos rever algumas posturas para melhorar o ambiente escolar e ter alunos mais saudáveis e mais felizes."

O tema não é novo na comunidade escolar de Pinhalzinho. O município realizou atividades de conscientização em 2010, de acordo com a secretária de Educação, Fátima Sonaglio. "Esta palestra vai nos ajudar a reforçar o trabalho que começamos no ano passado. O termo bullying é novidade, mas a prática está presente nas escolas há muitos anos e vamos levar tempo para corrigir esses comportamentos e promover uma mudança cultural."

O prefeito do município, Fabiano da Luz (PT), compartilha a opinião de que é preciso enfrentar o bullying para melhorar o ambiente escolar. "Muitos problemas da educação transformam-se em problemas da sociedade. Na nossa cidade, que ainda é pequena, temos toda condição de corrigir essas questões e viver melhor."

BALANÇO

Com a etapa de Pinhalzinho, a Escola do Legislativo atingiu 20 polos regionais com o Programa de Enfrentamento ao Bullying Escolar, que foi criado para divulgar a lei estadual número 14.651, de 2009, de autoria do deputado Joares Ponticelli (PP). O programa teve como objetivo colocar o tema do bullying em evidência, ampliar o conhecimento sobre o tema e suas implicações no cotidiano da escola, bem como refletir sobre maneiras de prevenir a prática por meio da promoção de uma cultura da paz.

Palestrante explica para alunos que o bullying muitas vezes pode ser confundido com brincadeiras no ambiente escolar, mas que se destacam pela agressividade